

NOTÍCIAS AFRICANAS 18

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 5 A 11 DE JULHO DE 1993

ANGOLA

MPLA e Unita mostram suas verdadeiras faces

O MPLA e a Unita optaram, desde o momento decisivo do processo eleitoral em setembro último, por estratégias opostas quanto à forma de atuação na disputa político-militar angolana. A eclosão dos combates produziu, durante os primeiros meses, uma suspensão na clareza dessas opções. Todavia, a regularidade do conflito e a própria ofensiva militar da Unita determinaram o restabelecimento das estratégias anteriormente elaboradas.

O MPLA se definiu por uma projeção internacional, através da imagem disciplinada de cumpridor dos acordos e de defensor da democratização, como ponto fundamental de sua campanha eleitoral. A vitória nas eleições presidenciais e nas legislativas, apesar de terem tido grande ajuda dos erros de campanha da Unita, demonstrou a eficácia do discurso pacificador.

A Unita, considerada até meados do ano passado a favorita para ganhar as eleições, não conseguiu construir um discurso e, principalmente, uma imagem de partido político. Quando se esperava que Savimbi desse vez à sua oratória entusiasta e mobilizadora na tentativa de expandir seus votos já contabilizados, surpreendeu todos com seu discurso arrogante e militarista. Manuel Rui talvez dissesse que Savimbi enganou todos aqueles que esperavam a bengala mágica em vez da pistola. A responsabilidade quanto à exaltação dos fatores étnico-raciais e regionais cabe à Unita, que não percebeu o erro de salientar questões que tratam da exclusão no momento em que o povo desejava a paz.

A intensidade com que foram retomados os combates após 31 de outubro de 1992 produziu a suspensão da forma de atuação decidida pelo MPLA. O partido, que passou a constituir após as eleições grande parte do governo, coligado com outras forças políticas de menor porte, defrontou-se com uma situação de guerra para a qual não estava preparado. A eficácia dos ataques da Unita acarretou na suspensão de qualquer saída negociada do conflito. A cada conquista ter-

ritorial, a Unita reafirmava sua participação nas negociações à espera de um momento posterior em que tivesse domínio sobre a maior parte possível do território angolano. Tratava-se da confirmação de sua estratégia militar.

O governo, voltado para seus problemas militares, penetrou na lógica da guerra e demorou algum tempo para perceber que a sua "arma" mais poderosa contra a Unita, até mesmo para obter armamento e apoio material, era a imagem anteriormente construída, a de cumpridor dos acordos e de defensor da paz e das negociações. Evidentemente, essa preocupação por parte do governo ajudou no reconhecimento dos EUA, considerado um ponto de mudança na situação angolana, mas não devemos esquecer a alteração interna nos EUA e a sua crescente dificuldade em defender as atitudes de Savimbi.

O que parecia impensável há um ano já se cogita nos bastidores de Luanda: a venda de armas pelos EUA para o governo. Apesar da recusa do secretário norte-americano de Estado adjunto para os assuntos africanos, George Moose, o simples fato de se realizar esse pedido já indica o grau de transformação ocorrido na relação com o governo norte-americano. O vazamento talvez proposital dessa notícia é com certeza o maior *pução de orelha* já recebido pela Unita.

Nessas circunstâncias, podemos constatar a eficácia, até o momento, das estratégias opostas defendidas pelo governo e pela Unita. De um lado, o governo consolida suas alianças internacionais e começa a colher os frutos, como as promessas de ajuda militar. De outro, a Unita mantém uma ofensiva militar bem-sucedida que progressivamente se aproxima de, quando já não controla, posições importantes do território angolano, tanto do ponto de vista militar quanto econômico.

É importante agora percebermos qual será a repercussão, no interior da Unita, dos recentes avisos de Washington. Além de repensarmos a atuação do MPLA, que com os apoios anun-

ciados tenderá a reverter o quadro de sucesso militar da Unita e a utilizar suas alianças internacionais obtidas com a imagem moderada, de uma forma nova, baseada na sua impossibilidade, no momento, de sustentar uma guerra de forte intensidade.

Marcelo Bittencourt

NESTA EDIÇÃO

ANGOLA

- Igreja 'arrasada na batalha do Huambo (Pág. 3)
- O amigo de Washington (Pág. 4)
- Encontro com Savimbi (Pág. 5)
- Exigências da Unita atrasam repatriamento de portugueses no Huambo (Pág. 5)
- Cuito prestes a cair (Pág. 5)
- Retomados vôos humanitários (Pág. 6)
- Luz ao fundo do túnel (Pág. 6)
- Evacuação preparada para amanhã (Pág. 7)
- Destacada militante rompe com a Unita (Pág. 7)
- Portugueses deverão sair hoje do Huambo (Pág. 7)
- EUA abrem embaixada em Luanda (Pág. 7)
- Os hospitais agonizantes (Pág. 8)
- Unita fraciona famílias dos libertados (Pág. 9)
- Unita no fio da navalha (Pág. 10)
- Vantagens de ter um amigo americano (Pág. 11)

MOÇAMBIQUE

- Processo de paz num impasse (Pág. 11)
- Dez milhões de contos para as eleições (Pág. 12)

ÁFRICA DO SUL

- PAC admite suspender luta (Pág. 12)
- Mandela e Buthelezi em frente-a-frente (Pág. 13)

ANGOLA

Armas, por enquanto, não

Esta frase foi pronunciada pelo secretário de Estado adjunto para a África, George Moose, na sua visita a Angola, em meados de junho, em resposta a um repórter. Momentos depois, um diplomata angolano comentava ao *Expresso* que "a chegada de armas americanas era uma questão de tempo". Nesse mesmo dia, desembarcava no porto de Luanda material bélico proveniente da Espanha e da Ucrânia.

O secretário adjunto (equivalente a vice-ministro) George Moose é um veterano negro da luta pelos direitos civis. Na sua visita a Angola ele inaugurou a embaixada americana, da qual o primeiro ocupante será o embaixador Edmund Djarnette, que representou os Estados Unidos nas fracassadas negociações de paz em Abidjan entre abril e maio passados.

Ao visitar Cabinda, a pequena província encravada entre os países vizinhos Zaire e Congo, e responsável por dois terços do petróleo angolano, George Moose mostrou-se preocupado com a segurança dos americanos que ali trabalham e dos interesses dos Estados Unidos em Angola. Na conversa com o presidente José Eduardo dos Santos, ele garantiu a ajuda norte-americana para o desenvolvimento angolano e disse que iria "tentar outras vias para as partes voltarem a negociar".

Moose não atendeu ao pedido de Savimbi para um encontro no Huam-

bo. Ofereceu uma alternativa fora de Angola. Contudo, o que mais enfureceu o líder rebelde foi a reunião que o secretário adjunto norte-americano teve com o ministro angolano da Defesa, general Pedro Pedalé, e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general João de Matos.

Além da aproximação com Washington, o governo angolano continua recebendo apoios externos que contribuem para o seu esforço de guerra. Oficiais britânicos estão já em Luanda dando instruções a novas unidades de *comandos* angolanos. Uma missão portuguesa está prestes a chegar a Angola para selecionar 70 oficiais e sargentos que receberão em Portugal instrução para *comandos* e oficiais de polícia.

Contrastando com a política de aproximação com a Europa seguida pelo governo angolano — o presidente Mitterand enviou um representante especial a Luanda —, a Unita continua agravando um contencioso com Lisboa, retendo ainda no Huambo parte dos reféns portugueses. Como afirmou ao *Expresso* um diplomata europeu: "É espantoso como a Unita faz o jogo do governo [de Angola] e adota atitudes cada vez mais arrogantes para com a comunidade internacional, ignorando o que está acontecendo em outras partes do continente".

José Maria Nunes Pereira

MOÇAMBIQUE

A operação das Nações Unidas em Moçambique — Onumuz

A Onumuz é predida pelo representante especial para Moçambique do secretário geral das Nações Unidas, o italiano Aldo Ajello, e tem como tarefa a implementação dos Acordos de Paz de Roma, assinados em 4 de julho de 1992 pelo governo moçambicano e os rebeldes da Renamo.

A Onumuz é constituída de um comando militar, de uma divisão eleitoral e de um gabinete de Coordenação para a Assistência Humanitária (Undhal).

O comando militar é chefiado pelo general brasileiro Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva e é formado por um contingente de 7.500 soldados, provenientes de 20 países, entre eles o Brasil. Participam também 354 militares não armados, encarregados de monitorar o cessar-fogo.

A missão dos militares é muito ampla. Além de supervisionar o cumprimento do cessar-fogo, ela implica o controle da saída das tropas estrangeiras (como as do Zimbábue, já retiradas há meses); a destruição de armamentos não aproveitáveis no novo exército único; a desmobilização das forças

militares do governo e dos rebeldes, bem como de grupos desgarrados; e o estabelecimento da segurança em cinco infra-estruturas vitais para a economia da região — os *corredores* de transporte que ligam portos moçambicanos a países vizinhos. São eles: Nacala-Malavi, Tete-Zimbábue, Beira-Zimbábue, Maputo-Zimbábue, bem como a auto-estrada nacional que liga o país de norte a sul.

A Onumuz foi criada em 16 de dezembro de 1992. Em termos gerais, a sua tarefa é articular um conjunto de ações militares, eleitorais e humanitárias, visando consolidar os objetivos estabelecidos nos acordos de Roma. A Onumuz tem, contudo, encontrado dificuldades em estabelecer a autoridade da sua organização nesse processo. A Renamo cria, a cada passo, novos entraves para participar de comissões e em ater-se aos termos dos acordos. Tem também havido algumas tensões entre os *capacetes azuis* da ONU e o governo moçambicano quanto ao *status* que essa força deve ter na consolidação da paz.

(JMNP)

Tome nota

• O presidente português, Mário Soares, fez severas críticas ao governo da Guiné-Bissau ao receber a visita de Carlos Correia, primeiro-ministro, e Bernardino Cardoso, ministro dos Negócios Estrangeiros deste país. Não terá sido por coincidência que, horas depois dessa visita, em 14 de junho, o presidente guineense "Nino" Vieira mandasse soltar João da Costa e Na Way, líderes da oposição que estavam encarcerados desde a tentativa de golpe de 17 de março (Notícias Africanas 16). A cooperação portuguesa a Bissau está pendente do encaminhamento das eleições guineenses, mais uma vez adiadas e que, ao que parece, não ocorrerá antes de 1994.

• O PAC (Congresso Pan-Africano), organização da extrema esquerda negra sul-africana, anunciou que está disposto a suspender a luta armada se for formado um conselho executivo de transição, que teria controle total e independente sobre as forças de segurança. O PAC está disposto também a conversar com representantes dos fazendeiros brancos. Estes têm sido vítimas de assassinatos imputados ao braço armado do PAC.

• A visita que o presidente da República da Zimbábue, Robert Mugabe, realizou a Portugal é uma entre várias manifestações da importância crescente de Portugal na região-chave da África Austral. Não é de surpreender, já que as relações privilegiadas que Lisboa mantém com suas ex-colônias na região (Angola, Moçambique) constituem um capital político e econômico importante na contribuição portuguesa para a Comunidade Europeia.

• O processo eleitoral em Moçambique sofre novo atraso. As eleições, previstas inicialmente para outubro deste ano, foram postergadas pela missão da ONU no país para outubro de 1994 (e mesmo assim observadores acham que nem essa data parece viável). A lei eleitoral ainda não foi sequer apresentada aos 14 partidos da oposição não armada. Só depois de aprovada é que poderá tomar posse a Comissão Nacional Eleitoral e iniciar-se o recenseamento dos eleitores. O lado extremamente positivo da questão é a manutenção do cessar-fogo em todo o país. Também merece registro a formação de duas comissões: a primeira controlará a atividade dos serviços de segurança; a segunda se encarregará das ações da polícia, defendendo os direitos civis dos cidadãos. (JMNP)

Igreja 'arrasada' na batalha do Huambo

José Pedro Castanheira/Mário Robalo

EXPRESSO, 19 6 93

A IGREJA do Huambo fez um exaustivo levantamento das consequências que os 55 dias de guerra que levaram à queda da cidade nas mãos da UNITA tiveram nos meios humanos e patrimoniais da arquidiocese. O documento, intitulado «A Igreja Católica e a Guerra no Huambo», tem data de 25 de Maio mas só esta semana chegou a Portugal, depois de três missões humanitárias terem «furado» o bloqueio de quatro meses imposto pelas forças da UNITA à cidade.

Ao longo de 15 páginas, é relatado com assinalável rigor e minúcia o que aconteceu em cada uma das oito paróquias da cidade, assim como nas instalações das 13 comunidades religiosas femininas e de cinco institutos masculinos. Registam-se ainda as circunstâncias em que morreram uma religiosa e um seminarista e os ferimentos de

que foram vítimas dois padres e uma outra religiosa, bem a precaridade em que sobrevive a população da cidade-mártir.

O relatório é um somatório dos testemu-

nhos do clero e o seu teor foi «aprovado por todos os missionários, numa reunião geral, a 4 de Maio». A versão final foi elaborada por uma comissão de redacção constituída pe-

los padres Gerardo Mulungu, João Pedro Fernandes e Tony Neves e pela irmã Fátima Kavate.

O documento é deliberadamente informativo, fugindo de quaisquer juízos

de valor. «Fugimos de polémicas e evitámos — em geral — a atribuição de responsabilidades», afirma-se logo a abrir. «Pretendemos apenas informar, dizendo o que se passou e como ficaram as pessoas e os edifícios.»

A autoria dos bombardeamentos, da violência, dos saques e das destruições quase nunca é identificada em termos dos dois exércitos beligerantes. No entanto, são muitas as alusões aos ataques dos aviões MiG, que, como se sabe, operaram do lado governamental.

Uma das raras referências feitas à UNITA visa desmentir a versão governamental de que o comando geral das forças de Savimbi estava localizado no arcebispo. «Absolutamente falso», sublinha o documento.

Bombas destroem capela e quarto do arcebispo

Boatos de que as instalações do arcebispo estariam a ser utilizadas pela direcção da UNITA e pelo próprio Savimbi haviam sido postos a correr nos dois meses que antecederam a guerra. Com tal insistência que, a 3 de Novembro, o próprio arcebispo, D. Francisco Viti, acompanhado de 17 sacerdotes, fez questão de escrever uma carta ao chefe das forças da ONU (Unavem II) no Huambo, solicitando-lhe «medidas para que se evitem possíveis crimes e injustiças». Este apelo, considerado premonitório, seria repetido cinco dias antes do início da guerra, em carta assinada pelo vigário, padre António Mário.

O relatório começa, precisamente, por descrever o que aconteceu à casa episcopal: «Quinze minutos após o começo das confrontações (a 9 de Janeiro), dois tanques, situados defronte do arcebispo, destruíram toda a fachada esquerda, arrasando a capela e afectando alguns quartos. No dia seguinte, um obus atingiu o quarto do sr. arcebispo. No dia 3 de Fevereiro, pelas 10h45, um MiG lançou uma

bomba, danificando profundamente toda a parte esquerda do arcebispo. No mesmo dia, caíram dois obuses de tanque no edifício, danificando seis quartos e a sacristia. (...) O edifício não foi saqueado mas está muitíssimo destruído, sendo a sua total recuperação impossível por agora.»

Uma das mortes ocorreu no Seminário Maior de Cristo-Rei, a do seminarista de filosofia Valeriano Sassoma, atingido a 10 de Janeiro. «O enterro foi realizado no quintal do seminário, sob intenso tiroteio.»

As instalações do seminário serviram de refúgio a 170 pessoas. No edifício «caíram mais de 20 obuses» e uma bomba de um MiG despenhou-se no campo de futebol.

143 mortos junto à igreja do Canhe

A Igreja de Sto. António serviu de quartel-general às forças de Luanda. «Durante toda a guerra — lê-se no documento —, o templo foi (aquí sim!!!), comando avançado das FAA governamentais. A sacristia e o presbitério foram utilizados com depósitos de armamento. As tropas governamentais destruíram parte da torre da igreja, maltrataram o sacristão e dois catequistas. A volta da igreja construíram muitas trincheiras e colocaram muitas minas, que continuam a vitimar pessoas.»

Uma das acções mais mortíferas terá ocorrido mesmo junto à paróquia/missão de Santa Cruz do Canhe. «A 6 de Março, os MiG's lançaram bombas na praça (mercado paralelo) do Canhe, mesmo junto à missão, e mataram 143 pessoas, além de dezenas de feridos e danos materiais.» Melhor sorte tiveram os fiéis, reunidos em oração no dia 10 de Janeiro. «Um obus furou o tecto da igreja e rebentou lá dentro.» Não se registaram vítimas mortais.

Particularmente disputado pelos dois exércitos foi o muro da Igreja de S. Pedro. «Desde o primeiro dia, a área da igreja e residência paroquial foi de intensos combates, com as 'forças' a confrontarem-se uma de cada lado do muro.» Mas «nenhum mili-

tar saltou o muro da igreja e da paróquia», assinala o documento.

Na Sé Catedral há a lamentar o ferimento, numa mão, do pároco, que teve de ser transferido para o seminário. Atingidas, seja por obuses seja pelos MiG, foram ainda as igrejas de Nossa Senhora de Fátima, de S. Paulo e de S. João, assim como os edifícios da chamada Casa dos Rapazes, que serviam de armazém à Caritas. «Logo nos primeiros dias de combates, foram tomados de assalto e completamente pilhados. Por fim, bastantes obuses e uma bomba de MiG acabaram por destruir grande parte das infra-estruturas.»

Freiras com bebés num contentor

O relatório enuncia ainda os estragos provocados nas casas das inúmeras instituições religiosas. Na casa de Kapango, das irmãs do Espírito Santo, o «rebetamento de um obus», a 14 de Janeiro, matou a irmã Maria Joaquim, cujo corpo teve de ser enterrado «na horta do quintal. (...) A casa ficou muito destruída pelos obuses, balas e ainda pela aviação, que largou bombas nas imediações. Os militares ocuparam, posteriormente, a casa, abandonando-a no fim dos combates.»

Particularmente fustigadas foram as casa das irmãs do Santíssimo Salvador, «situadas nas imediações da casa Branca (residência oficial do Presidente da UNITA)». A data do início dos combates, «três obuses destruíram uma parte do Lar (dos Pequenos) e as bombas de um MiG estragaram o resto, obrigando as irmãs e os bebés a refugiarem-se dentro dum contentor e, depois, a serem evacuadas debaixo do fogo.»

Debaixo de mira estiveram, também, as irmãs de São José de Cluny, que «serviram de barreira entre os dois exércitos». A 13 de Janeiro, «dois tanques entraram no terraço no momento em que explodiu o paiol de armamento, que provocou um dos acontecimentos mais

Continua na pág. 4

O amigo de Washington

EXPRESSO, 19 6 93

«TODA agente anda muito nervosa e a paixão é má conselheira», disse ao EXPRESSO o responsável da UNITA em Genebra, João Miguel Vahekeni, encarregado das relações com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e outros organismos humanitários.

Com a aproximação do dia 15 de Julho, limite marcado pelo Conselho de Segurança da ONU para dar por concluídos os esforços diplomáticos para conseguir um cessar-fogo negociado em Angola, os dois beligerantes queimam os últimos cartuchos para ganhar as simpatias da comunidade internacional e sobretudo dos Estados Unidos.

O fracasso da «missão de charme» da delegação da UNITA, encabeçada por Fátima Roque e Carlos Morgado, a Washington — considerada pelo Departamento de Estado norte-americano um «exercício de propaganda para efeitos internos» — foi confirmado pelo anúncio da normalização das relações diplomáticas plenas entre Estados Unidos e Angola, que deverá ser formalizada durante a visita que o subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, George Moose, re-

alizará a Luanda de segunda a quarta-feira próximas. Os delegados da UNITA tinham pedido aos Estados Unidos para arbitrar o conflito angolano, fingindo ignorar que o protocolo de Abidjan e a resolução da «troika» de 9 de Junho eram a expressão fiel da posição norte-americana em relação a Angola.

A recusa de Jonas Savimbi de se encontrar com George Moose fora de Angola antes da primeira visita do novo responsável da política africana dos EUA e a «tourné» da delegação da UNITA às negociações de paz de Abidjan pelas principais capitais europeias são claros indícios de que o Galo Negro já não espera nada do actual inquilino da Casa Branca.

O apelo feito, quarta-feira, por Jorge Valentim à CEB e aos países europeus para que tomem iniciativas no sentido de relançar as negociações de paz não parece serem destinados a produzir efeitos concretos. Apesar dos esforços da Costa de Marfim, são poucas as probabilidades de se realizar, a curto prazo, uma nova ronda de negociações em Abidjan dada a ausência de elementos novos.

Todas as partes envolvidas directa ou indirectamente no conflito angolano já estão a preparar-se para a fase seguinte, que se iniciará com a próxima reunião da «troika», agendada para 8 de Julho, provavelmente em Moscovo.

Enquanto a UNITA escolheu Portugal, suposto «elo fraco» da «troika», como alvo principal de uma campanha que visa desacreditar os observadores e o Conselho de Segurança (CS) e fazer de Savimbi o campeão da luta contra o «neo-colonialismo» em África, Luanda pede insistentemente à comunidade internacional que «cumpra e faça cumprir as resoluções do Conselho de Segurança».

Foi o CS que, na resolução 804, de 29 de Janeiro (anterior à tomada do Huambo), exigiu da UNITA a «imediate libertação dos estrangeiros tomados como reféns». Para o movimento de Jonas Savimbi, o «caso dos portugueses do Huambo» não passa de um falso problema criado para caluniar e isolar ainda mais a UNITA.

Foi também o CS que exortou os países-membros da ONU a «prestar ajuda económica, ma-

terial e técnica ao Governo de Angola para a reconstrução e o desenvolvimento do país». Mas, segundo a UNITA, uma eventual ajuda de Portugal no seguimento da exortação do CS é incompatível com a atitude equidistante que os observadores devem manter.

É neste espírito que se enquadra a visita a Washington do ministro angolano das Finanças, durante a qual o Governo americano resolveu desbloquear uma verba destinada a ajudar a formação das Forças Armadas Angolanas.

Estas iniciativas constituem indícios claros de que Washington está determinado a impedir a UNITA de derrubar o Governo de Luanda, pela força das armas ou por asfixia económica. Um dirigente da UNITA disse ao EXPRESSO que «este dinheiro só servirá para enriquecer os vendedores de armas e alguns angolanos corruptos».

Para o Governo angolano, pelo contrário, se tiverem a possibilidade de adquirir armas e material, «as FAA poderão perfeitamente conter a fúria da UNITA e recuperar o terreno perdido».

Nicolas Guardiola

Continuação da pág. 3

Igreja 'arrasada' na batalha do Huambo

duros desta guerra». A 27 de Fevereiro, quando a casa estava ocupada por apenas duas irmãs, «uma bomba potentíssima atinge o lugar onde se encontravam e fere» a irmã Irene Silva. Igualmente ferido, nas pernas, foi o frade capuchinho Carlos Pastorella, «atingido na noite do primeiro dia dos combates por estilhaços de um obus que furara o tecto do seu quarto».

A acção dos militares é elogiada no caso da evacuação das Servas do Espírito Santo — sem que o texto explicita a qual dos exércitos eles pertenciam. Após a ameaça de um tanque, que se posicionou «com o cano virado para a casa... e foi-se», e após várias morteadas, «as irmãs pediram aos militares que as ajudassem a sair (...) Os militares ajudaram a recuperar alguns bens. O resto foi saqueado».

O consolo dos salmos

Por sustos valentes passaram a meia centena de pessoas que se refugiou no seminário espiritano. A falta de melhor,

instalaram-se num corredor, que foi, a um tempo, «'bunker', capela, refeitório, dormitório, sala de estar, de esperar e desesperar...». Um momento «verdadeiramente miraculoso» aconteceu quando um MiG «lançou duas bombas muito perto da casa sem que nenhuma tivesse explodido».

O impressionante documento dos missionários de Huambo termina com o relato do ocorrido num dos edifícios dos padres redentoristas: «A situação geográfica da residência fez com que se tornasse passagem habitual de militares (felizmente de apenas uma das partes do conflito), deixando os residentes à mercê da prepotência e desmandos de certos grupos deles (outros havia que eram 'cavalheiros')».

Assim, por algumas vezes, houve tentativas de levar seminaristas e outros homens da casa, para empunhar armas. Ameaças de morte com cano apontado à frente de alguém; cenas recamboladas de desentendimento entre militares do mesmo grupo, com disparos

de tiros e ameaças de re-bentamento de granadas à mistura». Durante a refrega, dois dos refugiados morreram, vítimas «dos muitos obuses caídos, incluindo uma bomba de fumo e outra de fósforo».

O texto enfatiza que, para quantos se abrigaram junto dos redentoristas, «foram, sobretudo, a oração e a palavra de Deus os grandes sustentáculos para se não sucumbir ao inferno imposto pela guerra (...) Nunca os salmos ganharam tanto sentido como quando rezados de acordo com as mais variadas situações vividas em comunhão com todo o povo: receio, angústia, clamor, abandono, esperança, confiança em Deus...»

Críticas à imprensa portuguesa

Completamente diferente é o tom de um texto do governo da arquidiocese sobre a «conjuntura política». Elaborado a 27 de Maio por cinco padres altamente colocados na hierarquia local, o documento considera «lamentável e ri-

dícula a campanha orquestrada pelos 'mass-media' de Portugal, insinuando o divisionismo e o partidarismo político no seio da Igreja Católica». Os sacerdotes insurgem-se, em particular, contra a acusação — que consideram «ridícula e absurda» — de que as instalações da igreja «serviram de refúgio e de arsenais de pessoal e material bélico da UNITA». Os autores do documento desafiam «quem quer que seja a apresentar provas».

Numa acusação clara, ainda que não explícita, ao MPLA e ao Governo de Luanda, os responsáveis da igreja de Huambo sustentam que «houve, infelizmente, planos que culminaram no bombardeamento aéreo e com artilharia pesada do Palácio Arquiepiscopal, da Sé Catedral e de várias Igrejas paroquiais».

O documento manifesta a convicção de que as forças antitotim — a elite militar do Governo de Luanda, popularizada pela designação de «ninjas» —, foram «desembarcadas para aniquilar os missionários».

Encontro com Savimbi

EXPRESSO, 19 6 93

A IGREJA católica no Huambo manteve, desde Março, diversos contactos com a UNITA, e designadamente com Jonas Savimbi, com vista a possibilitar a abertura de um corredor aéreo de ajuda humanitária para aquela cidade, controlada por este movimento desde Janeiro.

A materialização destes encontros só ocorreu nesta terça-feira, altura em que foi permitido à Caritas angolana efectuar três voos com mantimentos e medicamentos. No fim-de-semana anterior, o presidente daquela organização católica de solidariedade, D. Óscar Braga, havia-se deslocado a Huambo numa visita considerada como o «tomar de pulso» da situação social e militar.

Um conjunto de documentos da Arquidiocese do Huambo, relatando diversos factos ali ocorridos desde o reinício da guerra civil, e a que o EXPRESSO teve acesso, dá conta de um encontro realizado «na noite de Páscoa», dia 10 de Abril, entre Jonas Savimbi e membros da Igreja local. Em carta posterior, dirigida ao líder da UNITA com data de 16 de Abril, os responsáveis do bispado e da Caritas solicitam-lhe que autorize, «o mais urgentemente possível», a deslocação «de voos humanitários» àquela cidade-mártir.

Recordando a reunião com Savimbi, os subscritores mostravam-se apreensivos pela impossibilidade de concretizar o auxílio às populações. «Queríamos apelar para a vossa flexibilidade e sentido humanitário, a fim de que se corra o risco de deixar aterrar no Huambo o avião da Caritas». Como se sabe, dirigentes da UNITA», para que efectuassem esforços no sentido de criarem, entre «os militares e no povo em geral», um clima de «perdão e de reconciliação».

«Pedimo-vos, com veemência, que não haja 'caça ao homem, lista de gente a abater, denúncias', que funcionam como autênticas condenações», alertava o governo da Arquidiocese, que solicitava à UNITA que pusesse termo «à onda de saques generalizados» e aceitasse amnistiar os prisioneiros de guerra.

«Não fazia qualquer sentido que vocês (UNITA) tivessem investido tanto, a nível humano e material, para a tomada do Huambo, se não estivesse no vosso coração a convicção de defender este povo martirizado». Era este o repto que a hierarquia católica lançava. Dez dias depois, a UNITA respondia, aceitando um primeiro encontro com a Igreja local. Estiveram presentes seis padres (chefiados por António Mário, vigário-geral, em nome do arcebispo do Huambo), e quatro dirigentes da UNITA (incluindo o novo governador, Jerónimo Wanga).

De acordo com a acta elaborada pela Arquidiocese, os dirigentes da UNITA afirmavam-se dispostos a «ouvir críticas» por parte da Igreja, salientando, contudo, que, na «linha de perdão e reconciliação», o seu movimento estava «a tratar bem» os soldados do MPLA, a quem já tinha entregue «três mil prisioneiros de guerra». Na reunião, que se realizou antes do malogro de Abidjan, o governador de Huambo garantia que «Angola é una, a UNITA não quer dividi-la e as negociações (com Luanda) irão criar condições para se parar com a guerra».

J.P.C./M.R.

Exigências da UNITA atrasam repatriamento de portugueses no Huambo

PÚBLICO, 20 6 93

AS EXIGÊNCIAS da UNITA no sentido de nenhuma unidade militar portuguesa participar no repatriamento dos portugueses retidos no Huambo tem estado a atrasar o início da operação. Ontem, num comunicado do movimento de Jonas Savimbi, o governador do Huambo declarou permitir a saída dos portugueses daquela cidade desde que nenhum avião português nem nenhum membro do Governo de Lisboa participassem nas operações e que estas fossem conduzidas pela Cruz Vermelha Internacional.

Na sexta-feira, o Executivo de Cavaco Silva tinha tomado a decisão de que seria a Força Aérea a ir buscar os cidadãos portugueses. A Cruz Vermelha Internacional chegou a ter previsto para a 6h00 de hoje o primeiro voo com saída de Luanda. Nesse caso, os aviões da Força Aérea destacados para a operação deveriam escalar S. Tomé e Príncipe entre as 4h00 e as 5h00 de hoje se tivesse havido a garantia da UNITA de que, às 9h00, deixaria sair do Huambo em direcção a Luanda quem o desejasse.

O primeiro dos dois Hercules C-130 deveria ter descolado de Lisboa pouco depois do meio-dia de ontem, tendo em conta serem necessárias catorze horas para atingir S. Tomé. Cada avião transporta uma tripulação reforçada, dando assim a garantia de poder efectuar, caso seja necessário, quinze voos — e não só os cinco previstos. Mas ontem, já ao fim da tarde, as tripulações comandadas pelo tenente-coronel Morato e pelo major Lessa continuavam a

aguardar a ordem de partida.

Fontes diplomáticas contactadas pelo PÚBLICO em Luanda ao fim do dia de ontem consideravam ainda «provável» que hoje os portugueses pudessem sair do Huambo, mas não avançavam qualquer certeza. E fontes da Cruz Vermelha contactadas pela Lusa admitiam que a operação pudesse desencadear-se, na pior das hipóteses, amanhã.

Entretanto, o mesmo comunicado da UNITA qualificava de «mortos» os acordos de Bicesse, justificando esta posição com a recente visita a Lisboa do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, João de Matos. As críticas violentas a Cavaco Silva constantes de um editorial da Rádio Vozgan (e não do comunicado assinado por Ben-Ben) não terão resposta de S. Bento. «Não merecem qualquer comentário», disse ao PÚBLICO uma fonte do palácio.

Mário Soares, por seu lado, referiu-se ontem ao conflito angolano afirmando que «há vontade de ambos os lados para o retomar das conversações». O Presidente da República falou aos jornalistas à saída do seminário «Portugal Face aos Desafios da CEE», a decorrer no Algarve, salientando que «só com a paz através do diálogo é possível resolver os problemas de Angola». Em relação ao repatriamento dos portugueses retidos no Huambo, o Presidente declarou ter acompanhado as diligências do Governo, mostrando-se esperançado no seu regresso o mais rápido possível. ■

César Camacho

UNITA avança

Cuíto prestes a cair

PÚBLICO, 21 6 93

A CIDADE angolana do Cuíto, capital da província do Bié, no centro do país, está prestes a ficar em poder da UNITA, depois de nos últimos três dias haver registado 215 mortos, aos quais há a juntar «um número incalculável» nos arredores, tudo isso devido à intensidade dos combates — admitiram durante o fim-de-semana fontes de Luanda, onde se teme igualmente pelo destino de Menongue, Luena e Malanje.

Cuíto, a que a administração colonial portuguesa chamou Silva Porto, tinha há tempos 250 mil habitantes, muitos dos quais procuraram fugir quando, em Janeiro, começou o grande cerco por parte dos homens de Savimbi, que hoje em dia ditam a lei em cerca de 80 por cento do território de Angola.

Menongue, capital da província do Cuando Cubango, a Sul do Bié, também está sob intensos ataques de artilharia, crendo-se que a sua queda — a juntar às prováveis de Malanje e Luena — fortaleceria terrivel-

mente as pretensões da UNITA a controlar em termos militares uns bons 80 por cento do território de Angola. Pouco mais deixando ao MPLA do que a província petrolífera de Cabinda e uma faixa litoral, de Luanda à fronteira com a Namíbia.

Entretanto, o Presidente namibiano, Sam Nujoma, que na semana passada foi recebido na Casa Branca por Bill Clinton, convidou Jonas Savimbi a visitar o seu país — anunciou a UNITA, que também deu conta dos contactos que tem mantido com o Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoadá.

O partido presidido por Savimbi tem considerado que o empenho de países africanos, entre eles a Costa do Marfim, pode ajudar a que se ultrapassem as profundas divergências existentes em Angola e a que as duas partes beligerantes voltem à mesa das negociações. Mas algumas fontes admitem que novas vitórias militares fariam endurecer a posição política da UNITA, sendo até possível — como escreveu há dias o boletim Informáfrica — que estivesse a pensar na hipótese de uma Presidência rotativa de Angola, a exercer alternadamente pelo seu líder e por José Eduardo dos Santos. ■

George Moose tenta paz em Angola

Retomados voos humanitários

PÚBLICO, 22 6 93

O SECRETÁRIO norte-americano de Estado adjunto para os Assuntos Africanos, George Moose, declarou ontem em Luanda que deseja levar os beligerantes da guerra civil angolana de novo à mesa das negociações, depois das conversações de Abidjan terem sido interrompidas no mês passado.

Moose, um norte-americano de ascendência africana, chegou a Luanda para uma visita de 48 horas durante a qual foi já recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos, devendo depois conferenciar com o primeiro-ministro Marcolino Moco e com outras entidades.

Depois da audiência no Futungo de Belas, onde funciona a Presidência da República, o visitante garantiu o interesse dos Estados Unidos em continuar a seguir a evolução da situação em Angola e em contribuir para o desenvolvimento do país.

"Vamos tentar outras vias para as partes voltarem ao diálogo" — disse Moose, o novo "Mr. Africa" da Administração norte-americana,

na, depois de nos últimos oito anos o cargo ter sido sucessivamente exercido por Chester Crocker e Herman Cohen.

A audiência durou cerca de uma hora e englobou tanto questões de cooperação bilateral como problemas de natureza humanitária, tendo ontem mesado as Nações Unidas reatado os voos regulares de ajuda tanto a zonas governamentais como a regiões controladas pela UNITA.

"Analisámos o que terá de ser feito ainda para o recomeço das negociações" — afirmou Moose, dias depois de o Presidente Nujoma haver estado em Washington e convidado depois Jonas Savimbi a ir à Namíbia, pois que aparentemente pretende colaborar nos esforços de aproximação entre os partidos em guerra.

Por seu turno, o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, que foi ao aeroporto receber o enviado de Bill Clinton, disse que — com o estabelecimento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Angola — espera mudanças no plano militar, aparentemente aludindo à hipótese de Washington autorizar a venda

"Angola está particularmente interessada em normalizar a situação político-militar e todo o

contributo que vier dos Estados Unidos será bem-vindo" — acentuou Moura, traduzindo o desejo crescente do MPLA de conseguir novos apoios, depois de haver perdido as velhas cumplicidades soviética e cubana.

Mais tarde, Moose iria de defesa, Pedro Maria Tonha (Pedalé), e com o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general João de Matos. Mas ninguém sabe ainda dizer ao certo se de facto Washington estará na disposição de ajudar Luanda a recuperar terreno à UNITA.

Hoje é provável que se desloque à província de Cabinda, onde Angola extrai dois terços do seu petróleo da companhia norte-americana Chevron. Mas não tenciona ir ao Huambo visitar Savimbi, político que foi muito apoiado pelos presidentes republicanos Ronald Reagan e George Bush.

Segundo a Rádio Nacional de Angola, aviões do Programa Alimentar Mundial (PAM), das Nações Unidas, deixaram ontem Luanda com alimentos, medicamentos e roupa para Saurimo, Luena (duas cidades administradas pelo MPLA, mas cercadas) e Huambo.

A Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) confirmou a chegada de aparelhos Hercules C-130 à capital do Planalto Central. Mas não foi possível efectuar um previsto voo para o Cuíto devido a dúvidas quanto ao estado do aeroporto local, dado que ali se tem combatido encarnadamente entre os defensores governamentais e os assaltantes da UNITA.

A representante cessante das Nações Unidas em Angola, Margaret Anstee, tinha dito que o êxito destes novos voos seria essencial para que os doadores continuem a querer ajudar mais de dois milhões de pessoas que estão fora de casa devido à guerra que se reatou no fim de Outubro do ano passado.

O mês passado a ONU pediu 227 milhões de dólares para ajuda ao povo angolano e só conseguira dos diversos países uma promessa de 70 milhões.

Os voos humanitários para o interior do país haviam sido suspensos em Abril, depois de a UNITA ter abatido um dos aviões do PAM perto de Luena e aberto fogo contra outros dois aparelhos

Direitos Humanos em Angola

Luz ao fundo do túnel?

PÚBLICO, 21 6 93

AGUARDA-SE para o fim do mês a divulgação do relatório da Comissão parlamentar angolana dos Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos — a primeira iniciativa do género em toda a história do país, desde a independência, em 1975. E, pelas declarações que se vão ouvindo dos seus mais influentes membros, há razões para crer que não sairão goradas as expectativas entretanto criadas por quantos, há longos anos, se batem em Luanda por um Estado respeitador dos direitos fundamentais dos angolanos.

Para já, fica o retrato da situação prisional na capital: "Há fome, não há assistência médico-sanitária, impera o abuso do poder e o incumprimento dos prazos estabelecidos para a prisão preventiva", declarava o ex-ministro e escritor Mendes de Carvalho, depois de visitar algumas das principais cadeias de Luanda.

A iniciativa contava com o apoio activo do ministro da Justiça, Paulo Tjipilica, um dissidente da UNITA que se tem feito notar pelas suas posições reformadoras, desde que o Presidente, José Eduardo dos Santos, procurou cativar gente das várias oposições para o seu primeiro Governo pós-eleições. Para o caso, começara por travar uma guerra interna contra o ministro do Interior, o ortodoxo do MPLA Fernando da Piedade ("Nandó"); e ganhava a tutela das cadeias, que escaparam assim do controlo da polícia, passando para a esfera dos tribunais. O resto começou a crescer como bola de neve.

"Há de facto violação dos direitos humanos em Angola", reconhece o radialista Alexandre Gourgel, eleito presidente desta espécie de ala liberal angolana, que estilhaçou assim já alguma loiça deixada ainda intocável pelos bonzos do regime do partido

único. E adiantou um rol de primeiras denúncias: a situação dos presos da UNITA — dois mil segundo a própria UNITA —, a existência de presos preventivos há mais de cinco anos (entre os quais uma família inteira acusada de feitiçaria), a fome e as doenças generalizadas nas cadeias de Luanda.

Para já, Alexandre Gourgel e a sua comissão conseguiram do Governo o encerramento da pior de todas elas — a cadeia da estrada de Catete, construída sob a égide dos cubanos e da sua filosofia da segurança de Estado, durante o consulado de Agostinho Neto, nos fins dos anos 70. Assim descrita: "Corredores cheios de água, cheiro nauseabundo, sem iluminação, nem água corrente."

E enquanto os 1500 detidos na cadeia de Catete eram transferidos para outras prisões, Alexandre Gourgel deixa um recado: é preciso ver mais, investigar mais, apurar mais.

"Temos um mandato conferido pelo povo angolano. Mas é preciso criar mecanismos institucionais efectivos para que diminua substancialmente em Angola a violação dos direitos humanos."

Um recado que é também um sinal do que é hoje o poder em Luanda: já não um, mas vários centros de poder — Presidente, Governo, parlamento, militares. Já não um parlamento mas vários parlamentos. A começar pelo grupo parlamentar do MPLA, ele próprio transformado num miniparlamento, de várias sensibilidades e filiações políticas. Gente que queria a declaração do Estado de emergência e gente que se lhe opôs exactamente em nome dos direitos humanos e dos riscos da polícia de novo à solta nas ruas. Aquilo, afinal, que a UNITA, desgraçadamente, não soube avaliar quando optou pela continuação da oposição armada e da guerra. Por isso também, dessa outra Angola, a da UNITA, tudo continua na mesma em matéria de direitos humanos: ninguém pode falar deles. ■

José Mário Costa

Cruz Vermelha leva portugueses do Huambo para Luanda

Evacuação preparada para amanhã

PÚBLICO, 23 6 93

A ÚLTIMA informação transmitida pelo Comité da Cruz Vermelha Internacional (CICV) ao Governo de Lisboa, ontem à tarde, dava o dia de amanhã como provável para a retirada dos portugueses e outros estrangeiros retidos na cidade do Huambo. A CICV planeia utilizar um avião C-130 fretado. A primeira descolagem de Luanda está marcada para as 5h30 de amanhã, em direcção a Huambo, estando previstas duas viagens.

Se a retirada se concretizar, o avião da Cruz Vermelha deve transportar os passageiros para a ilha de São Tomé, onde depois seriam recolhidos pelos C-130 da Força Aérea Portuguesa. Em Lisboa está preparado, desde há duas

semanas, um plano de acolhimento a cargo dos serviços de protecção civil de emergência, que inclui a dotação de alojamento e cuidados de emergência médica para as pessoas que necessitarem.

Em Angola, a emissora de rádio da UNITA, captada em Luanda e citada pela agência Lusa, difundia ontem um comunicado que dava conta da decisão da direcção do movimento de Savimbi de não permitir que a operação de repatriamento fosse acompanhada por qualquer representante de Portugal, interdição extensiva aos jornalistas portugueses. Na mesma emissão, a UNITA dizia que tinha entregue à CICV uma lista de 150 portugueses que declararam o desejo de abandonar o

Huambo. Segundo a UNITA, os outros cidadãos portugueses, a maioria, preferiram ficar por aqui "que possuem os seus bens".

Em Copenhaga, Cavaco Silva foi solicitado a comentar a situação. Em declarações que prestou à RTP, disse que tinha "algumas informações quanto às datas possíveis para a operação, mas que, como já aconteceu noutra ocasião, estava na mesma posição de São Tomé, ver para crer". No que respeita à retirada dos portugueses, afirmou: "Temos recebido indicações positivas da parte do Governo de Angola."

Outra informação dava conta de a UNITA ter proibido a entrada de ajuda humanitária no Cuito. O movimento de Savimbi teria

pedido cinco dias para reflexão, período interpretado por observadores como o necessário para a UNITA tomar a cidade. Um despacho da Lusa procedente de Luanda, às 21h00 de ontem, citava o ministro das Relações Exteriores angolano. Este garantia, "inequivocamente, que o Governo não tencionava interromper a operação humanitária às vítimas da guerra e da seca". Para o ministro, "o auxílio humanitário deve chegar a todos os necessitados de Angola". Estas afirmações negam a informação anterior de o Governo de Luanda ter respondido à UNITA, no corte do auxílio ao Cuito, com decisão idêntica relativa ao Huambo e outras regiões do país. ■

Destacada militante rompe com UNITA

PÚBLICO, 23 6 93

AURORA VERDADES, presidente da Associação dos Amigos da Mulher Angolana, AAMA, anunciou ontem em Lisboa a sua desvinculação da UNITA — que responsabiliza pela morte de uma filha e o desaparecimento de dois sobrinhos menores e do genro, na vila de Xá-Muteba, na Lunda Norte.

Tudo se terá passado depois da tomada de Xá-Muteba, a 30 de Outubro, data em que Aurora Verdades deixou de ter notícias da filha, Estrela Helena Oliveira, e da família. Foi só em Fevereiro últi-

mo que lhe chegaram informações preocupantes: "Populares que fugiram de Xá-Muteba, um dos quais empregado do meu restaurante, deu-me a triste notícia. A minha filha tinha sido morta por enforcamento e, três dias depois do enterro, o meu genro fora preso pelo brigadeiro da UNITA que, ainda segundo essas mesmas informações, a perseguia sexualmente."

Desde essa altura, queixa-se Aurora Verdades, a UNITA — incluindo o seu líder Jonas Savimbi,

a quem escreveu pessoalmente — manteve absoluto silêncio sobre o caso: "Desesperada, fui telefonando ao longo deste tempo todo, mas o delegado da UNITA em Lisboa, Adalberto Costa, deixou pura e simplesmente de me atender."

Considerando o procedimento da UNITA uma confirmação dos relatos chegados de Xá-Muteba, Aurora Verdades decidiu por isso dar conhecimento público desta "situação dolorosa". Até porque, "por ironia do destino, como é do conhecimento geral, era

militante na UNITA desde 1975".

Aurora Verdades, uma conhecida empresária com negócios multifacetados em Angola e em Portugal, estava presente na conferência de imprensa convocada, ao fim da manhã de ontem, pela AAMA, uma organização até aqui na órbita de influência da UNITA. O encontro fora marcado para divulgação de um apelo ao Presidente José Eduardo dos Santos e a Jonas Savimbi, a favor do fim imediato das hostilidades em Angola. ■

Missão de Comandos vai partir para Angola

Portugueses deverão sair hoje do Huambo

PÚBLICO, 24 6 93

A UNITA aprovou o plano de voo para a evacuação dos portugueses retidos no Huambo, segundo a última informação transmitida pelo Comité da Cruz Vermelha Internacional ao Governo português. Se não houve alterações de última ho-

ra, a operação iniciou-se às 5h30 de hoje, hora prevista para a descolagem do aeroporto de Luanda do C-130 fretado pela Cruz Vermelha.

O avião efectuará dois voos entre a cidade do Huambo e São To-

mé, escala do regresso a Lisboa dos evacuados, que se fará em aviões da Força Aérea Portuguesa. O primeiro voo chegará a São Tomé às 12h30 e o segundo às 21h30. Já os portugueses pernoitarão de hoje para amanhã. A chegada a Lisboa está prevista para a madrugada de sábado, devendo a partida de São Tomé efectuar-se ao princípio da tarde de sexta-feira. Os portugueses a retirar do Huambo têm já um abrigo preparado para os acolher, numa primeira fase, no Regimento de Comandos da Amadora.

Por seu lado, uma missão militar portuguesa partirá na próxima semana para Luanda, para ir fazer a selecção de 70 oficiais e sargentos angolanos que receberão em Portugal instrução de comandos e polícia do Exército. Segundo a Lusa, esta missão é desenvolvida no âmbito da cooperação técnica bilateral e prevê o início dos cursos já em Julho, para a polícia do Exército, e em Agosto, para os comandos.

Mas em Angola, a Vorgan, rádio da Unita, acusou ontem Comandos portugueses e as Forças Armadas Angolanas de terem fuzilado onze populares, na pro-

víncia de Luanda-Norte, "roubando-lhes em seguida os seus diamantes". Isto, enquanto o responsável da UNITA para a Informação, Jorge Valentim, criticou ontem o secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, por se ter deslocado apenas a Luanda e não ao Huambo, motivo porque "não terá uma ideia completa da situação". George Moose terminou ontem uma visita de dois dias a Luanda, onde inaugurou a primeira embaixada dos Estados Unidos em Angola, medida que, segundo ele, prova o empenho do seu país "com a democracia" angolana. À partida para Moçambique, para uma estada de 48 horas, o secretário de Estado adjunto disse que Washington vai desenvolver esforços com os outros membros da "troika" de observadores (Portugal e Rússia) do processo de paz angolano, para persuadir os beligerantes a retomarem as negociações, e manifestou-se "constrangido" com a situação dos reféns mantidos pela UNITA no Huambo, apelando ao movimento de Jonas Savimbi para que os liberte "imediatamente". Por outro lado, a rádio nacional anunciou ontem que dez pessoas terão morrido no Cuito na sequência de bombardeamentos efectuados pela UNITA contra a capital da província do Bié. ■

EUA abrem embaixada em Luanda

PÚBLICO, 23 6 93

"MAIS VALE tarde do que nunca", disse o ministro angolano dos Estrangeiros na cerimónia de abertura da embaixada dos Estados Unidos em Luanda, sublinhando que Angola esperava essa decisão desde a independência, em 1975. A embaixada foi ontem inaugurada pelo secretário de Estado adjunto dos Negócios Estrangeiros norte-americano, George Moose, em visita ao país. Edmund Dejarrette, observador norte-americano da "troika" encarregada da supervisão do processo de paz angolano, foi confirmado como o primeiro embaixador de

Washington. A representação ficará instalada no bairro residencial de Miramar. Os dois países assinaram segunda-feira um comunicado conjunto confirmando o estabelecimento das relações diplomáticas, anunciado pelo Presidente Clinton em 19 de Maio passado. Ontem de manhã, George Moose esteve em Cabinda, onde visitou as instalações petrolíferas da Chevron, tendo-se manifestado "particularmente preocupado pela segurança dos americanos e dos interesses americanos em Angola", disse um porta-voz da embaixada. ■

São tantas as mortes
nos hospitais
de Luanda
que parece que
as pessoas já nem
se impressionam.
Quando podem,
as famílias
dos doentes
importam
medicamentos
do estrangeiro.
Mas os angolanos
de baixos recursos
têm de recorrer
ao mercado
paralelo e pagar
pelos remédios
cerca de 3.000
escudos quando
o salário mínimo
não chega aos
700 escudos

O DIA começou de uma forma diferente para os alunos da escola do Bairro da Maianga. Uma imagem de choque interrompera brutalmente, logo pela manhã, o seu habitual trajecto. A dor pungente de uma rapariga de 24 anos que, chorando convulsivamente, se vergava diante de um minúsculo corpo inerte suspendera, por instantes, o trânsito em plena baixa luandense: Felistina André, uma vendedora ambulante do mercado de S. Paulo, acabara de sair do Hospital Josina Machel transtornada pela impotência dos serviços médicos de evitarem a morte do filho que transportava ao colo. Foi mais uma vítima da amibíase, uma doença diarreica que tem vitimado nos últimos tempos milhares de angolanos.

A virose não escolhe classes sociais. As suas vítimas tanto se encontram entre as

Os hospitais agonizantes

Gustavo Costa correspondente em LUANDA

EXPRESSO, 26 6 93

populações refugiadas como entre os habitantes das zonas urbanas, e já matou familiares de dirigentes, filhos dos próprios médicos e até mesmo diplomatas.

O drama é causado pela falta de água. A maioria da população não tem acesso à água potável, para já não falar da inexistência de saneamento básico e de meios de diagnóstico. Tomar banho de chuveiro deixou de fazer parte dos hábitos da maioria dos angolanos cujas residências possuem sistemas de água canalizada, que se encontram inactivos na maioria das zonas. «O meu filho tem treze anos e não sabe o que é água canalizada», diz Silvestre Ambrósio, funcionário dos Caminhos-de-Ferro de Luanda. No chafariz do Bairro Marçal travam-se violentas zaragatas entre vizinhos pela posse de alguns recipientes de água.

Quando a morte já não impressiona

Nos centros de saúde é onde a situação é mais grave. Nos corredores do principal hospital de Luanda, sob a ameaça de contrair novas doenças, estiram-se dia e noite centenas de angolanos esfomeados que transformam as instalações em autênticos «locais de residência» conspurcados pela falta de higiene.

«A sobrecarga que se abate sobre os hospitais é de tal ordem que acabam por funcionar mais como centros de saúde», diz o médico Hêrmani Macedo.

Ao fim de dias e dias sem mudas de cama, sem alimentação e sem água para beber, Anastácio Graça, internado no Hospital Josina Machel, recebeu alta para «morrer em casa» por o hospital já não ter meios para o salvar.

No centro médico do bairro suburbano de Sambizanga o cenário é idêntico. O rosto do dr. Diogo Ventura perpassa a tristeza de ter assistido à morte de mais uma criança vítima da amibíase.

Todos os dias, formam-se longas bichas de pacientes que respiram a atmosfera poeirenta e o cheiro nauseabundo

emanados pela lixeira do gigantesco mercado paralelo do «Roque Santeiro». Andrea Vitoriano, uma refugiada da província do Kuanza-Norte, que esteve durante 11 dias consecutivos sem alimentação nem medicamentos, não vai resistir à desidratação. «Vai acabar por morrer», diz, com voz seca, o velho enfermeiro Miguel Segunda. Nada pode fazer.

São tantas as mortes que parece que as pessoas já nem se impressionam. Melhor sorte teve Orlando Barroso: sofrendo de diarreia aguda, socorreu-se de um amigo da FINA Petróleos, que lhe conseguiu uma consulta e medicamentos, salvando-lhe a vida. Quando podem, as famílias dos doentes mandam vir medicamentos de Lisboa ou enviam-os para Portugal, onde, uma vez examinados, são-lhes geralmente diagnosticadas outras complicações, nomeadamente febre tifóide.

Há medicamentos mas hospitais não têm verba

O dr. José Manuel, traquejado pela vida de médico militar, exprime a sua frustração: «O grande problema é que nos sentimos impotentes pelo facto de não podermos prestar assistência conveniente aos doentes por falta de recursos, nomeadamente medicamentos, soros e camas hospitalares».

O drama não se restringe aos pequenos centros de saúde. Mesmo no hospital central, na baixa, os médicos limitam-se a observar os doentes e a fazer a prescrição para tratamento ambulatorio, sabendo de antemão o destino fatal que aguarda muitos deles: passam as receitas mas logo a seguir o paciente cai em desespero ao constatar que não existem medicamentos nos hospitais.

A revolta aumenta quando, aconselhados pelos médicos a recorrerem ao mercado paralelo — onde os medicamentos são expostos ao sol, à chuva e às moscas —, são obrigados a desembolsar quantias que superam os 500 mil kuanzas (cerca de três mil es-

culos). «Não temos outro remédio senão comprar na praça os medicamentos que nos receitam. Se até os médicos vão lá comprar, o que é que havemos de fazer?», interroga-se uma funcionária dos correios aposentada.

Ninguém esconde que só no mercado paralelo é possível adquirir os medicamentos contra a actual epidemia de diarreia. Mas como o podem fazer os angolanos de baixos recursos — cujo salário mínimo não ascende os 120 mil kuanzas (cerca de setecentos escudos) — ou os refugiados provenientes de outras províncias que nem sequer família têm em Luanda? Estes ficam entregues à sua própria sorte.

«O mais grave é que, apesar de haver 'stocks' de fármacos na Angoméica — empresa estatal de importação de medicamentos —, os hospitais se vejam impossibilitados de os adquirir por, vai para meio ano, não disporem de verbas por falta de dotação orçamental», diz o dr. Octaviano de Almeida.

A morte começa em casa

Mas não se morre de amibíase apenas nos hospitais. Bem vistas as coisas, a morte começa em casa, e nem sequer é necessário uma visita à zona periférica da capital para prová-lo. Na própria cidade de Luanda, onde a miséria e a imundície mais repugnante coabitam com a mais requintada ostentação da burguesia local, o saneamento básico é praticamente inexistente.

E face a essa inexistência pouco ou nada se pode fazer, até porque as causas desta epidemia cíclica estão também relacionadas com os hábitos dos habitantes da capital. Todos os dias, ao pôr do sol, dezenas de proprietários dos últimos modelos de viaturas europeias ou japonesas que desfilam pela ilba de Luanda estacionam diante dos mercados ambulantes para saborear um «pincho» ou um churrasco. Outros preferem ficar nas barracas dos mercados «Trapalhões» e «Roque Santeiro» ou ainda nas esplanadas de algumas «lanchonetes» — um brasileirismo importado pelos angolanos que é sinónimo de cervejaria ou pastelaria.

A origem dos alimentos parece ser o que menos importa. A proliferação de lanchonetes, a venda de medicamentos ao ar livre, a comercialização de peixe de qualidade duvidosa, por falta de

PARA CALAR CRÍTICAS UNITA fracciona famílias dos libertados

■ Portugueses do Huambo foram ameaçados à partida

EXPRESSO, 26 6 93

A UNITA ameaça exercer acções de represália sobre os portugueses que ainda se encontram no Huambo se algum dos 115 refugiados que regressam esta manhã a Portugal denunciar qualquer episódio ou situação que não agrade ao movimento de Jonas Savimbi. Durante uma reunião do grupo efectuada na quinta-feira, a poucas horas do embarque para S. Tomé, num avião Hércules C130, o general Ben-Ben e o vice-governador de Huambo aconselharam os refugiados a manterem prudência nas suas declarações à chegada a Lisboa.

O contingente, de que fazem parte 55 crianças, uma dezena de idosos e quatro brasileiros, foi advertido para os perigos que os seus familiares e amigos poderão correr no caso de algum deles contar à imprensa o que se passou ou está a passar naquela cidade angolana.

«Não se esqueçam de que deixam familiares no Huambo e de que o braço da UNITA é muito longo», ameaçou o oficial do movimento. Segundo o testemunho de vários portugueses, que relatam o acontecimento, Ben-Ben «não quis acrescentar mais nada ao sentido da frase» nem revelar «as verdadeiras intenções que estão por detrás da ameaça».

De acordo com as mesmas testemunhas, a UNITA chegou ao ponto de fraccionar a maioria das famílias que viviam no Huambo. A selecção dos grupos foi feita pela própria direcção do movimento, que decidiu quem viajaria no primeiro voo e quem aguardava pelo segundo. O objectivo da operação consiste em manter sob constrangimento os portugueses regressados a Lisboa, impedindo-os, desta forma, de denunciarem as situações eventualmente delicadas.

Este episódio, mais do que as ameaças da

UNITA, está a criar um «grande sentimento de indignação» nos responsáveis do Governo português, segundo uma fonte oficiosa. E, se o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros têm mantido um total silêncio em redor do assunto, é porque, de acordo com uma fonte governamental, «se torna imperioso garantir o mais depressa possível, e em segurança, a evacuação de todos os reféns». Só depois disso é que o Governo deverá tomar uma decisão, podendo passar até, em primeira instância, pelo encerramento da delegação da UNITA em Lisboa.

Comentando a forma como o movimento de Savimbi está a realizar o processo de evacuação, separando familiares e amigos, uma fonte oficiosa disse ao EXPRESSO que a «UNITA ultrapassou todas as marcas, comprometendo-se com atitudes de inqualificável selvajaria».

Mudança de rota

A retirada do primeiro grupo de refugiados do Huambo foi feita ao fim da madrugada de quinta-feira por um Hércules C130 da Transafrik, que opera para a Cruz Vermelha Internacional. De acordo com o estabelecido, o aparelho, que levantou de Luanda às 5h00, devia fazer o percurso directo Huambo/S. Tomé. Mas, por avaria de um dos motores (segundo a justificação do comandante), o avião acabaria por aterrar de emergência no aeroporto da capital.

Perante este imprevisto, a UNITA ordenou a imediata suspensão da retirada dos restantes estrangeiros, alegando que o desvio da rota fora propositadamente organizado pelo Governo de Luanda. Entretanto, no aeroporto da capital angolana, os passageiros foram transferidos do C130 para um Boeing 727, também da Transafrik — uma

companhia ligada à exploração de diamantes em Angola.

Ao mesmo tempo que se iniciava a operação, partia para o Sal (Cabo Verde) mais um C130 da Força Aérea Portuguesa. O aparelho encontra-se estacionado no aeroporto daquela ilha à espera que a UNITA

autorize a saída dos últimos refugiados do Huambo. O plano proposto pelo movimento de Savimbi, e aceite pela Cruz Vermelha Internacional e pelos governos de Portugal e de Angola, impede a aterragem em qualquer pista angolana de aviões portugueses, militares ou civis, para transporte dos refugiados. Obriga ainda à assinatura de uma declaração individual de todos os cidadãos que queiram regressar ao seu país.

A actual retenção de mais de uma centena de estrangeiros no Huambo está a ser justificada pela UNITA sob o argumento de que ainda não lhe foram dadas as explicações sobre a aterragem de emergência do C130 no aeroporto de Luanda. O argumento parece, todavia, não merecer credibilidade junto do Governo português. Segundo uma fonte ministerial, o movimento de Savimbi apenas «deverá estar à espera do impacto da chegada a Lisboa dos primeiros reféns para actuar em consonância com os últimos».

Continuação da pág. 8

Os hospitais agonizantes

um sistema de conservação por parte dos pescadores artesanais e revendedores, e o consumo, nestes locais, de carne, muitas vezes sem controlo veterinário, a preços mais acessíveis, tudo isto constitui, afinal, um risco enorme de contracção de amibíase.

«Se a tudo isso juntarmos a falta de higiene individual e colectiva por não haver água e sabão, a falta de recursos para a população ferver a água por não ter meios para adquirir gás ou não ter acesso à electricidade, a inobservância pela população de princípios básicos de educação e higiene sanitária, existem razões bastantes para hoje estarmos confrontados com este flagelo», argumenta o dr. Raimundo de Sousa.

De desgraça em desgraça

Alguns pacientes consideram, porém, esta tese insuficiente para justificar a alta taxa de mortalidade provocada por doenças diarreicas. Aquele cirurgião reconhece que a situação degradante dos hospitais se deve também à falta de assiduidade dos trabalhadores, desde o pessoal indiferenciado a enfermeiros, passando por médicos. «O baixo salário que usufruímos nas instituições do Estado obriga-nos a encontrar fontes alternativas de rendimento, como as avenças em empresas estrangeiras ou estatais de carácter estratégico, onde nos são concedidas contra-

partidas sociais e financeiras em moeda externa favoráveis à manutenção de um certo 'statu quo'», confessa Raimundo de Sousa.

Mas nem só os doentes e o pessoal do sector da saúde se revoltam perante a situação. Jorge Heitor, de 62 anos, diz que o problema da falta de água potável não deve ser atribuído apenas à guerra ou às sabotagens. Depois de ter trabalhado mais de trinta anos na estação de tratamento de Kifangongo, não tem dúvidas em imputar responsabilidades à «negligência dos governantes, que, ao longo dos últimos quinze anos, não se preocuparam com a manutenção das represas do rio Bengo», a principal fonte de abastecimento de água à capi-

tal, degradadas com as enxurradas motivadas pelas chuvas torrenciais. Com o transbordo do caudal para as margens, conspurcadas por dejectos e fezes de animais e pessoas, a água que é consumida pela população de Luanda começou a ficar cada vez mais contaminada.

De desgraça em desgraça, houve, pois, que encontrar alternativas. E Angola, um país com enormes reservas de águas minerais — nomeadamente a água da Nossa Senhora do Monte, do Alto Hama e do Jomba — transformou-se em importador de água de Portugal e de França, entre outros países. Mas só a bebem a elite de cidadãos estrangeiros e nacionais com recursos para a pagar.

INSULTOS A CAVACO SILVA

EXPRESSO, 26 6 93

UNITA NO FIO DA NAVALHA

Nunca as relações entre Portugal e a União para a Independência Total de Angola (UNITA), de Jonas Savimbi, terão atingido as actuais "temperaturas sibéricas". Por isso mesmo, podem questionar-se quais os efeitos da actual contenda sobre os "reféns" portugueses no Huambo sobre o papel de Lisboa como parte - em conjunto com os EUA e a Rússia - da "troika" que acompanha o processo de paz angolano, bem como sobre as próximas atitudes do nosso País face à UNITA.

PAPEL LUSITANO. Interrogados pela Sábado, os líderes partidários nacionais minimizaram quase todos este conflito com a UNITA.

Sobre a influência do caso dos "reféns" na actividade do Governo português como parte da "troika", a excepção à regra" partiu do CDS. O presidente do Grupo Parlamentar centrista, António Lobo Xavier, declarou-nos que, embora não saiba "qual é o prestígio de Portugal face à comunidade internacional", o papel de Lisboa na mediação "está por um fio", dependendo a quebra do mesmo do "modo como se resolver esta questão dos assim denominados reféns".

Já para o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, "a posição de firmeza de Portugal (quanto aos reféns) não prejudicará esse papel (de mediador)". "Antes pelo contrário", afirmou, "porque dará uma noção de firmeza no âmbito da mediação, (sobretudo) quando são posições assumidas por todos os membros da troika".

Por fim, para o deputado José Lamego, do PS, "a negociação de paz está bastante afectada, na medida em que a UNITA desrespeita sistematicamente o papel dos acordos e a estratégia da UNITA tem uma predominância fundamentalmente militar", ou seja, o episódio dos "reféns" não iria prejudicar muito mais o processo. Quanto às atitudes a adoptar por Lisboa face à UNITA, sobre as quais o Governo de Cavaco Silva ainda não se pronunciou em concreto, apenas o PS diverge quanto ao eventual encerramento da representação de Savimbi no nosso País.

Na opinião de José Lamego, "as pressões sobre os residentes e os representantes da UNITA em Portugal são meramente simbólicas". Daí que "Portugal deva continuar a reforçar a cooperação Governo a Governo e alertar e pedir à comunidade internacional, sobretudo aos EUA e à África do Sul, que exerçam maiores pressões sobre a UNITA".

"Não gostaria de entrar em pormenores, mas há formas de restringir a liberdade de circulação (de membros da UNITA) em território nacional e certamente outras facilidades que tem sido concedidas à UNITA", opinou Octávio Teixeira.

O político comunista interrogou-se, a propósito das segundas: "não sei se existem eventuais apoios financeiros à delegação da UNITA, por parte do Governo português".

Enfim, para António Lobo Xavier, "desde que se verificasse que de facto a situação dos portugueses era de reféns, compreende-se perfeitamente uma medida que repensasse a presença de instalações da UNITA em Portugal".

Consensual foi mesmo o modo como o Executivo de Cavaco Silva estava a lidar com o problema dos "reféns". A recusa do Governo a qualquer negociação foi sufragada por todos, tendo Octávio Teixeira afirmado que "qualquer organização que pretenda fazer chantagem com civis, merece mais firmeza do que diálogo". José Lamego optou igualmente pelas considerações gerais, segundo afirmou, a "utilização de elementos civis como força de pressão é um acto de natureza criminosa, à luz do Direito Internacional". Já António Lobo Xavier considerou "esta posição do Governo de uma firmeza absolutamente aceitável e defendável".

SÃO TOMÉ. A meio da semana, era ainda desconhecida a data do repatriamento dos 353 portugueses retidos no Huambo.

O primeiro-ministro Cavaco Silva, mostrou-se céptico quanto a este assunto, tendo afirmado na Cimeira de Copenhaga que a sua postura era "ver para crer, como São Tomé". Em Lisboa, uma fonte oficial disse ao diário "Público" que "se continua à espera de uma atitude sensata da UNITA", que obrigara alguns portugueses à assinatura de "um documento de controlo administrativo", e não manifestavam desejo de saída do Huambo.

Os aviões da Cruz Vermelha Internacional estavam prontos, desde o passado domingo, para o início da operação de regresso dos nossos compatriotas a Portugal, depois da organização de Jonas Savimbi ter recusado a participação de meios aéreos lusitanos no repatriamento. Razões desconhecidas atrasaram a iniciativa depois de, na quinta-feira, a UNITA a ter aceite devido a alegadas ameaças portuguesas e norte-americanas.

RECOMPENSA. Já talvez com a retoma das negociações em mente, o MPLA procura aparentemente a capitalização do ostracismo internacional de Savimbi.

Na segunda-feira, o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, aproveitou a visita a Luanda do secretário de Estado Adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, para realçar o interesse especial de Angola "em normalizar a situação político-militar (interna)", pelo que "todo o contributo dos EUA será bem-vindo". O MNE parecia referir-se, em termos

imediatos, à vontade de Washington de designação de um embaixador em Luanda - oficializando o reconhecimento do Governo de Eduardo dos Santos - caso a UNITA não solucionasse rapidamente o problema dos "reféns" portugueses no Huambo.

Moose salientou a importância dada por Washington ao desenvolvimento de Angola e prometeu "tentar outras vias para as partes voltarem ao diálogo".

Luanda apostaria agora no ganho de capital político, traduzido por uma atitude de moderação face ao radicalismo da UNITA. Nesse intuito, o MPLA solicitou o auxílio da comunidade internacional pois, segundo explicou no dia 19 o vice-MNE angolano George Chikoti, são necessárias "medidas para detenção dos responsáveis (do movimento de Savimbi), por terem perpetrado crimes contra a Humanidade". De acordo com Chikoti, "se a ONU não se empenhar em acções importantes e não classificar a UNITA como grupo terrorista, haverá uma situação muito difícil".

A FACÍNORA. Por seu lado, a UNITA procura atrair novos mediadores para o processo de paz, talvez na tentativa de diminuição do peso de Portugal na mesma.

O representante do movimento na Bélgica, Jorge Valentim, esteve no sábado em Paris, com o objectivo de "informar sobre a situação em Angola e de sensibilização (das autoridades gaulesas) para o recomeço das negociações de paz". Valentim considerou que "a França tem uma grande experiência em assuntos africanos", e por isso, "se a convidarmos a participar no processo de paz, pode dar uma contribuição muito séria". A "troika" dos mediadores da paz em Angola é constituída pelos EUA, a Rússia e Portugal. Já no sábado, a UNITA apodara os Acordos de Bicesse como "mortos".

A Rádio Voz do Galo Negro (Vorgan), estação oficial da UNITA, tem aliás mimoseado os governantes portugueses com o mais variado tipo de insultos, a propósito do caso dos "reféns". Na segunda-feira, a emissora acusou o primeiro-ministro, Cavaco Silva, e o MNE, Durão Barroso, de "perturbações mentais".

Para além da gravidade crescente da situação militar, registou-se, na terça-feira outro sinal de agravamento interno angolano, quando o Programa Alimentar Mundial suspendeu de novo o auxílio humanitário retomado no dia anterior. O desvio dos alimentos e medicamentos destinados à população, pelos militares da UNITA, foi o motivo alegado para esta interrupção. A missão do PAM fora interrompida em Abril, após o derrube de um avião deste organismo pela UNITA. □

Vantagens de ter um amigo americano

EXPRESSO, 26 6 93

A VISITA de George Moose, subsecretário de Estado-adjunto norte-americano, a Luanda e a abertura da Embaixada dos Estados Unidos em Angola foram o fim das ilusões dos que ainda acreditavam na possibilidade de uma nova ronda de negociações de paz a muito curto prazo.

Os sectores mais radicais do MPLA já não têm pejo em defender abertamente uma vitória militar sobre a UNITA como única solução para pôr termo a guerra, e boa parte da população civil que se encontra do mesmo lado da barricada partilha esta convicção.

Do «lado de lá», ou seja, da UNITA, parece que as opiniões evoluem no mesmo sentido, a julgar pelo tom belicista das emissões da Voz do Galo Negro e os ataques e ameaças dirigidos contra todos aqueles que o movimento de Jonas Savimbi acusa de cumplicidade com «o Governo do MPLA».

«Armas, por enquanto, não...», respondeu George Moose aos pedidos insistentes do ministro angolano das Relações Exteriores de fornecimento de ajuda militar às forças governamentais. Como contrapartida, Moose reafirmou a vontade de Washington de acelerar as medidas em preparação, no âmbito da ajuda americana à reconstrução e desenvolvimento de Angola, do reforço das acções humanitárias de emergência.

A recusa de Jonas Savimbi de se encontrar com o responsável da política africana dos EUA, fora de Angola, e a chantagem exercida sobre Portugal no caso dos estrangeiros retidos no Huambo foram contributos inesperados para a

política seguida por Luanda nos últimos meses visando isolar internacionalmente Savimbi.

«É espantoso como a UNITA faz o jogo do Governo (de Luanda) e adopta atitudes cada vez mais arrogantes para com a comunidade internacional, ignorando o que está a acontecer em outras partes do continente», comentou ao EXPRESSO um diplomata europeu.

Aumenta cooperação com Luanda

O comunicado da «troika», divulgado durante a visita de Moose a Luanda, para lembrar à UNITA que a libertação dos reféns estrangeiros em seu poder era uma exigência formulada pelo Conselho de Segurança desde Janeiro passado e não limitada ao caso — posterior — dos «portugueses do Huambo», foi aproveitado pelo Governo angolano para endurecer as suas posições no que respeita à ajuda humanitária. O primeiro-ministro, Marcolino Moco, resolveu «dar um murro na mesa» e ordenar a suspensão dos voos do PAM (Programa Alimentar Mundial, da ONU) para o interior de Angola até que «a UNITA torne clara a sua intenção de respeitar os compromissos acordados com o Governo e a Cruz Vermelha Internacional».

Vários países ocidentais decidiram dar maior ênfase à cooperação com Luanda em vários domínios, militar incluído. Madrid e Paris anunciaram o estreitamento das relações com Angola e um enviado especial do Presidente Mitterrand fez esta semana uma visita discreta ao Futungo de Belas, onde se avistou com o Presidente Eduardo dos Santos.

Oficiais britânicos estão a dar instrução, em Luanda, a novas unidades de «comandos» angolanos, antecipando-se à chegada de uma missão militar portuguesa que deve seleccionar os 70 oficiais e sargentos que seguirão cursos de formação em Portugal durante o Verão.

«A chegada de armas americanas é uma questão de tempo», disse ao EXPRESSO um diplomata angolano, numa altura em que material de guerra proveniente de Espanha e da Ucrânia está a ser desembarcado no porto de Luanda.

Nicole Guardiola e Gustavo Costa

Moçambique

PÚBLICO, 24 6 93

Processo de paz num impasse

À PRIMEIRA vista, as condições pareciam finalmente reunidas para um retomar acelerado do processo de paz em Moçambique, mas as expectativas estão a sair frustradas, e tudo parece emperrar.

Afonso Dlakhama adiou para finais de Julho o seu encontro com Joaquim Chissano e recusa-se a dar a agenda do encontro «para não assustar a comunidade internacional».

Dos elementos que deveriam vir de Maringúé, na Gorongosa, onde está instalada a direcção da Renamo, para integrar as várias comissões previstas nos acordos de Roma, só uma pequena parte está já em Maputo. Dos 65 quartos que o Hotel Cardoso disponibilizou para o efeito, ainda só 12 foram ocupados.

Enquanto isso, a lei eleitoral continua por aprovar. Os 12 partidos não armados que foram chamados a dar a

sua opinião sobre o projecto de lei preferiram utilizar a ocasião para pressionar o governo no sentido de lhes serem fornecidas instalações, sob pena de abandonarem os debates, como aliás vieram a fazer.

Embora de momento pareça que o boicote foi já ultrapassado, o processo só prosseguirá no final da primeira quinzena de Julho. Só depois de aprovada a lei poderá tomar posse a Comissão Nacional Eleitoral e iniciar-se todo o complexo processo que, do recenseamento dos eleitores, irá até à proclamação dos vencedores, passando pela campanha eleitoral e votação.

Isto num país que nunca, em toda a sua História, realizou eleições multipartidárias e onde cerca de metade da população está deslocada dos seus locais originários de residência, seja no exterior do país, seja dentro das fronteiras nacionais.

Completamente ultrapassada a data de Outubro de 1993, prevista em Roma para as eleições, a Onumoz propõe agora Outubro de 1994. No entanto, se o processo não sofrer uma aceleração significativa, nem essa data parece viável.

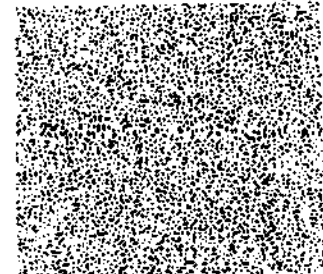
A deslocação de Aldo Ajello, responsável pela Onumoz, a Nova Iorque, a pedido do secretário-geral das Nações Unidas, não parece, igualmente, oportuna. Aparentemente sem um substituto à altura (o general brasileiro Lélío da Silva parece politicamente ingénio de mais para o lugar de substituto), a ausência de Ajello na fase que se pretendia de arranque definitivo do processo só pode ser mais um travão a acrescentar a todos os outros.

Alguns passos, no entanto, vão sendo dados. Dois decretos presidenciais criaram, esta semana, a Cominfo e a Compol. A primeira destas comissões destina-se a con-

trolar a actividade dos serviços de segurança e a segunda os da polícia, de forma a evitar que as duas entidades violem a lei e os direitos políticos dos cidadãos.

Embora não fazendo parte dos acordos de Roma, a tomada de posse, terça-feira, do Conselho Superior da Comunicação Social, órgão garante da liberdade de informação no país, poderá igualmente ser um factor de abertura política nos organismos de informação estatal, ainda de longe predominantes no panorama informativo moçambicano. ■

João Ferraz, em Maputo



Dez milhões de contos para as eleições

PÚBLICO, 24 6 93

DEZ MILHÕES de contos é o custo previsto para o conjunto de operações do processo eleitoral moçambicano, que envolve o recenseamento e as eleições propriamente ditas e cuja realização está neste momento prevista para meados de Outubro de 1994. O Estado moçambicano suportará dez por cento deste valor e o restante será custeado pelas Nações Unidas, a Comunidade Europeia e um grupo de países doadores, entre os quais a Suécia, a Itália e Portugal.

A preparação técnica do processo eleitoral, dependente naturalmente de decisões políticas e condicionada pelas condições climáticas, está já em andamento. Vai ser lançado em breve o concurso internacional para fornecimento dos cartões de eleitor e boletins de voto em condições de segurança que impeçam ou, pelo menos, dificultem em extremo a falsificação.

Cinco quadros portugueses que participaram no processo eleitoral angolano en-

contram-se em Moçambique desde o início deste ano. Inicialmente convidados pelo Governo moçambicano, estes portugueses estão, desde o mês passado, contratados directamente pela Comunidade Europeia, à excepção do coordenador da equipa, Francisco Bruno Soares, que foi nomeado "Chief Technical Adviser" do processo eleitoral pelo PNUD (Projecto das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Os cinco especialistas são quadros do Grupo Sismet, nascido de uma empresa com o mesmo nome criada em 78 para apoio e consultoria das autarquias nacionais e que, no ano seguinte, começou a actuar em Angola e mais tarde Moçambique em projectos de desenvolvimento da administração local.

Segundo António Dray, administrador da Sismet, o processo eleitoral de Moçambique será tecnicamente mais complexo, devido à posição geográfica da capital e

à falta de operacionalidade da rede de transportes. "Talvez em consequência das marcas deixadas pelo que está a acontecer em Angola, pretende-se fazer tudo com mais lentidão para garantir uma maior segurança", sublinhou.

O total de moçambicanos potencialmente recenseáveis é de oito milhões, e a operação de recenseamento — estritamente eleitoral — decorrerá nos meses de Abril, Maio e Junho do próximo ano, com a mobilização de 1600 brigadas a espalhar por todo o país. Trata-se de uma operação idêntica à realizada em Angola entre 20 de Maio e 10 de Agosto do ano passado, quando nove mil pessoas integraram 1200 brigadas por todo território. Cada brigada estava munida de um "kit" que permitia fabricar no momento o cartão de eleitor, com fotografia "polaroid" colorida. A estimativa inicial era de que existiriam 5,3 milhões de angolanos com capacidade elei-

toral, e foram recenseados 4,8 milhões.

O processo eleitoral de Angola, que custou dez milhões de contos, culminou em Setembro, com uma votação realizada em 5800 mesas de voto cujo funcionamento foi assegurado por 50 mil cidadãos.

Os técnicos portugueses que agora se encontram em Moçambique participaram no processo eleitoral angolano — Bruno Soares foi nomeado "assessor especial" de Onofre dos Santos, director-geral das Eleições, contratado pelas Nações Unidas, e os restantes estavam directamente ligados ao Ministério da Administração do Território. Neste momento, a Sismet está a negociar um novo contrato para Angola no sentido de assegurar a organização, sistematização e informatização dos dados obtidos no processo eleitoral, operação que poderá ser financiada pelo Governo português. ■

Ana Sousa Dias

África do Sul PAC admite suspender luta

PÚBLICO, 22 6 93

O MOVIMENTO negro de extrema-esquerda Congresso Pan-Africano (PAC) anunciou ontem que o seu ramo armado está disposto a suspender as actividades sob certas condições, designadamente a criação de uma estrutura que permita um "controlo total" das forças da ordem sul-africanas.

Numa conferência de imprensa, o presidente do PAC, Clarence Makwetu, acrescentou que o seu grupo está igualmente disposto a conferenciar com os representantes dos fazendeiros brancos, vítimas de assassinios atribuídos ao Exército de Libertação do Povo da Azânia, ala militar daquele movimento.

O PAC está actualmente submetido a uma forte pressão para escolher entre a continuação nas conversações multilaterais sobre o futuro do país e a perseguição da "luta armada". Por isso, disse que aceita o cessar-fogo se tomar posse um Conselho Executivo de Transição, com controlo independente sobre as forças da ordem.

O previsto Conselho visa dar às organizações não representadas no Parlamento um direito de fiscalizar os assuntos do país até às eleições para a Constituinte, em Abril de 1994. E deverá ser uma realidade nas próximas semanas se as 26 formações empenhadas no diálogo conseguirem entender-se sobre a maneira como funcionará.

O PAC cresce

O PAC, resultante de uma cisão verificada em 1969 no ANC, tem vindo a ganhar uma base eleitoral junto dos elementos negros mais radicais, designadamente jovens, que não compreendem facilmente como é que a direcção presidida por Nelson Mandela tenta por vezes chegar a compromissos com o Governo e o Partido Nacional, de Frederik de Klerk.

Ainda há três dias Winnie Mandela, separada de Nelson, aproximou-se uma vez mais das

posições da extrema-esquerda, ao criticar as negociações multipartidárias e dizer que o ANC está a ser cúmplice do poder, por ter abandonado o cântico "Morte aos boers, morte aos fazendeiros".

Winnie e os dirigentes do PAC representam cerca de 10 por cento do eleitorado sul-africano e podem ser um importante obstáculo a todas as tentativas de entendimento. Mas à direita, por outro lado, há a contar com o radicalismo do Partido Conservador e das forças neo-nazis, que podem muito bem atrair a si um terço dos cinco milhões de brancos existentes no país.

O líder do ANC vai conferenciar amanhã, na zona de Joanesburgo, com o chefe do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, a fim de procurarem acabar com os incidentes que tantas vezes têm oposto partidários de um e outro lado. Só neste fim-de-semana 40 pessoas foram mortas, das quais 33 na província do Natal. ■



Mandela e Buthelezi em frente-a-frente

PÚBLICO, 24 6 93

OS DOIS principais dirigentes negros sul-africanos, Nelson Mandela e Mangosuthu Buthelezi, que ontem iniciaram em Joanesburgo o primeiro encontro desde há dois anos, concordaram sobre a urgência da paz mas não sobre os meios para chegar a ela.

A cimeira entre os líderes do Congresso Nacional Africano (ANC) e do Partido da Liberdade Inkhata (IFP), a primeira desde a reunião de Janeiro de 1991, em Durban, tem por objectivo o fim da luta sangrenta que opõe há seis anos os membros das duas formações. Quinze mil pessoas foram mortas desde 1980 na sequência dos confrontos raciais. Só nos últimos três anos morreram mais de nove mil pessoas.

Para além das declarações

iniciais, algumas de princípio, outras de circunstância, como o desejo formulado por Mandela em "enterrar o passado", a sessão inaugural foi caracterizada pela proposta do líder do ANC para a criação de "estruturas que permitam contactos regulares" entre as equipas negociadoras dos dois lados e pela do chefe zulu para uma negociação em duas fases, uma para "expor as queixas e encontrar as respostas construtivas", outra para ressuscitar o acordo assinado pelos dois dirigentes há dois anos.

A necessidade de agir de forma concertada nos lugares mais violentos foi depois o único ponto em que Mandela e Buthelezi concordaram, sempre num ambiente que os observadores — que não esperam um milagre, apesar

da presença mediadora dos arcebispos anglicano Desmond Tutu e metodista Stanley Mogoba — caracterizaram de "optimista" apesar das recíprocas e subtis acusações de carnificinas.

E embora Tutu se tenha esforçado por explicar que, afinal, quer Mandela quer Buthelezi se encontraram sempre do mesmo lado da trincheira, afirmando que "afinal de contas ambos lutarão contra o apartheid", os analistas encaram com cautela a ronda de Joanesburgo, considerando o malogro dos acordos alcançados nas rondas anteriores. É que todos os consensos então assinados não passaram do papel, como a cessação das hostilidades entre os activistas do ANC e do Inkhata, nomeadamente nos subúrbios negros das gran-

des metrópoles.

Citando o envolvimento militar (não oficial) sul-africano em Angola, Mandela aludiu à existência provável de uma "terceira força" que promove, na África do Sul, a violência racial. "Não é correcto descrever os massacres no Natal [45 pessoas foram mortas na província durante o fim de semana] e no Transval como confrontos entre o Inkhata e o ANC", disse. "São trabalho de uma terceira força", sublinhou o presidente do ANC, recordando que o Governo negou sempre a presença de soldados sul-africanos no país vizinho até que as provas começaram a chegar.

Sob a ameaça do Inkhata em ignorar a data de 27 de Abril de 1994 como o dia das primeiras eleições multirraciais sul-africanas, os dois dirigentes abordarão temas tão espinhosos como o levantamento das sanções internacionais a Pretória, apelo que o Presidente Frederik de Klerk lançará provavelmente na próxima semana. ■

OS TEMPOS MODERNOS

O futuro Estado multi-racial sul-africano é para já uma entidade informe, sem instituições definidas.

● LUÍS CUNHA

SÁBADO, 25 6-1 7 93

A primeira fase do processo negociado entre o Governo e os diversos agrupamentos políticos sul-africanos deverá concluir-se hoje, quando as partes confirmarem a data de eleição da Assembleia Constituinte, a 27 de Abril de 1994, para a qual votará e onde terá assento, pela primeira vez, a maioria negra.

Embora represente o resultado concreto mais significativo obtido até agora nas conversações iniciadas em Dezembro de 1991, o acordo sobre o dia do escrutínio e o calendário de transição não garante uma futura sociedade multi-racial harmoniosa, pois existem ainda diversos problemas pendentes.

LUTA LIVRE. Os frequentes recontros inter-ráccicos constituem um dos principais escolhos aos avanços nas negociações.

Durante esta semana, registaram-se diversos sinais positivos quanto à vontade de resolução do problema. Na quarta-feira, Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (ANC), e Mangosuthu Buthelezi, dirigente do Partido Inkhata da Liberdade, procuraram um entendimento susceptível de pôr fim aos

sangrentos confrontos entre os seus partidários. Para além das divergências políticas entre o marxismo do ANC e o liberalismo do Inkatha, também o domínio do movimento de Mandela pela etnia Xhosa e do agrupamento de Buthelezi pelos Zulus explicam os incidentes.

Por outro lado, na segunda-feira, na presidente do Congresso Pan-Africano (PAC), Clarence Makwetu, admitiu a paragem dos atentados do braço armado do seu movimento, o Exército de Libertação do Povo da Azânia (AZAPO), caso seja criado um órgão de "controlo total" das acções da polícia e dos militares sul-africanos. O PAC, que pretende a discussão imediata do problema da violência, adoptou no passado como lema a máxima "um colono, uma bala", sendo suspeito de assassinatos de fazendeiros e polícias brancos.

Contudo, a determinação no controlo da violência encontra-se posta em risco por dissidências, das quais as mais mar-

cantes foram, na segunda-feira, as acusações de Winnie Mandela, a antiga mulher do presidente do ANC, aos dirigentes daquele movimento. Winnie considerou que o compromisso alcançado nas conversações não satisfazia a maioria negra e, por isso, acusou o Congresso Nacional Africano de cumplicidade com o Governo. A atitude da senhora Mandela parece indicar a sua intenção de liderança do potencial descontentamento das bases do ANC, devido às alegadas cedências em demasia à minoria branca, embora também possa reflectir apenas o desejo de regresso ao protagonismo político, abalado pelos escândalos do ano passado.

RANDES E LIVROS. Ligados ao problema dos confrontos, surgem as questões de fundo da pobreza e da alfabetização dos negros.

No capítulo das privações, as estatísticas publicadas recentemente na revista "Time" são impressionantes: cerca de sete dos 38 milhões de negros, ou seja 18 por cento do total, vivem em bairros de lata; 63 por cento são analfabetos; enquanto o desemprego entre os negros atinge os 50 por cento. Este panorama resulta em parte da política do extinto "apartheid" de fixação dos negros em bairros próprios ("townships"), ao tratamento discriminatório e à falta de condições de vida por eles sofridos, que geraram compreensivelmente ressentimentos propiciadores da agressividade.

Mas a aplicação das novas bases de escolarização enfrenta a dificuldade da mudança de mentalidades. Em boa verdade, o

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

OS TEMPOS MODERNOS

insucesso escolar dos negros não é apenas imputável aos males acima descritos, mas deve-se ainda ao seu boicote voluntário à instrução. Ao adoptarem, em 1976, o slogan "libertação agora, educação depois", as massas estudantis apoiantes dos movimentos negros optaram assim por uma forma particular de desafio às autoridades. O presente dilema foi aliás explicado de uma forma admirável por Musa Myeni, um membro do Inkatha, à "Time": "As pessoas foram ensinadas a articular os seus sentimentos, e frustrações por meios violentos. Como é que se muda isso?"

A integração dos desempregados negros e brancos na economia constitui outro problema, agravado pela falta de capital para a criação dos postos de trabalho necessários para esse fim. Quanto a esta questão, a África do Sul terá de recuperar das décadas de isolamento e de sanções económicas internacionais.

Só a abordagem corajosa dos óbices citados permitirá a satisfação das multidões alienadas responsáveis pela violência e o futuro convívio pacífico entre as diversas raças e etnias.

VOZES E NOZES. No campo político, registam-se diferenças de pontos de vista sobre as futuras instituições do país.

Desde logo, existe uma linha de fissura entre moderados e radicais. Organizações políticas tão díspares como o Movimento de Resistência Africander (AWB, extrema-direita), de Eugene Terreblanche, o Partido Conservador e o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, opuseram-se à marcação do escrutínio para a Assembleia Constituinte sem o prévio debate da estrutura do Estado multi-racial. Todavia, a pronta "disponibilidade para discutir" o problema com aqueles partidos,

manifestada no dia 16, por Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (ANC), evitou o abandono do fórum negocial pelos recalcitrantes.

Embora possuam alguma razão ao criticar o avanço de uma data para o escrutínio quando muito pouco está definido, os três movimentos visariam na realidade de outros objectivos. Para os conservadores, a grande preocupação consiste no estabelecimento de garantias futuras dos direitos da minoria branca, de cinco milhões de pessoas, num país por certo dominado pelos negros.

O Inkatha receia a vitória das teses do ANC e do Governo a favor de um Estado centralizado, susceptível de diminuir os poderes do bantustão do Kwazulu, do qual Buthelezi é dirigente. Aliás, o movimento zulu já ameaçou, em Dezembro de 1992, com a chamada "Opção Savimbi" - traduzida pela fusão das duas áreas maioritariamente habitadas pela sua etnia: o Kwazulu e o Natal - caso vingue a ideia de um poder central forte, oposta ao Estado federal defendido por Buthelezi.

Por fim, o AWB recusa a vida em conjunto com os negros, em pé de igualdade, e advoga a criação de um Estado africaner independente em parte do território. Recorde-se que o AWB e o Partido Conservador foram os dois principais adeptos do "não" no referendo popular sobre "o apoio à continuação do processo de reformas" para partilha do poder com os negros, organizado por De Klerk a 17 de Março de 1992, no qual o Presidente sul-africano triunfou por 68,7 por cento dos votos.

IRMÃOS CATATUA. Simultaneamente, o ANC e o Governo do Partido Nacional divergem em alguns pontos essenciais.

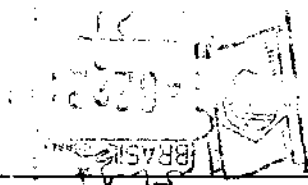
O Presidente De Klerk advoga a entrega da maioria dos poderes ao Conselho

Executivo de Transição, onde terão assento os líderes partidários; a inclusão na futura Constituição da exigência de voto das questões importantes por uma certa maioria; e a definição imediata dos poderes dos governos regionais e dos limites entre as várias regiões do país. Talvez por estar confiante na sua vitória nas próximas eleições, Mandela pretende um Governo de transição forte, a votação no Parlamento por maioria simples, e a atribuição à Assembleia Constituinte da tarefa de esclarecimento dos poderes e fronteiras regionais.

De qualquer modo, o acordo sobre a data das eleições provocou, há duas semanas, um clima de euforia entre os dirigentes partidários. Nelson Mandela classificou-o, em entrevista à "Time", como "um marco", pois "introduz um elemento de irreversibilidade" no processo. Já o Presidente De Klerk considerou, em declarações à mesma revista, que o entendimento não "liquidava (o Partido Nacional) como força política", antevendo pelo contrário "grande papel para nós no futuro". Por fim, Buthelezi sintetizou: "o quadro (de mudança) já foi estabelecido".

Segundo o calendário gizado nas negociações, a nomeação de um Conselho Executivo Transitório e de uma Comissão Eleitoral Independente, compostas pelos vários participantes nas negociações, antecederá o sufrágio popular de 27 de Abril de 1994. Eleita a Assembleia Constituinte bicameral, será formado um Governo que inclua os líderes dos grandes partidos - nos termos do acordo de Fevereiro entre o Executivo de De Klerk e o ANC - para o período de transição de cinco anos. Competirá ao Parlamento a redacção da nova Lei Fundamental e ao partido maioritário a escolha do Presidente da República. □

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 (Dólar comercial). We ask exchange.



I M P R E S S O